



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

392  
M

**SEGUNDA CÂMARA CÍVEL**

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 0148880-4**

**EMBARGANTE: RODOVIÁRIA METROPOLITANA LTDA.**

**Advogado: Samuel Marques (OAB/PE 20.111) e outros, conforme Regimento Interno do TJPE – Art. 66, III.**

**EMBARGADO: ZULMIRA MARTA DE SOUZA MEDEIROS e OUTRO**

**Advogado: Nilton Wanderley de Siqueira (OAB/PE 1.386) e outros, conforme Regimento Interno do TJPE – Art. 66, III.**

**RELATOR: DES. ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO**

**DATA DO JULGAMENTO: 28 DE MAIO DE 2014**

**EMENTA – EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO CÍVEL. OMISSÕES E CONTRADIÇÕES. INEXISTÊNCIA. REEXAME DA MATÉRIA DISCUTIDA NO JULGADO. IMPOSSIBILIDADE.**

1. Considerando que a fundamentação do aresto atacado se mostra clara, satisfatória e congruente, com o enfrentamento da questão suscitada pelo embargante, inexistente qualquer omissão ou contradição a ser sanada.

2. Conforme expressamente consignado no Art. 535, I e II do CPC, os embargos declaratórios não tem a finalidade de revisar ou anular pronunciamentos judiciais, não se prestando ao reexame da matéria discutida, mas tão-somente sanar obscuridade, contradição ou omissão que possam alterar a substância do julgado.

3. Inexiste omissão quando o órgão colegiado não menciona, no acórdão embargado, matéria perante a qual manteve o pronunciamento constante na sentença.

3. Embargos de Declaração conhecidos, porém improvidos.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração na Apelação Cível nº 0148880-4, em que são partes as acima nominadas, acordam os



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Cível deste Tribunal, à unanimidade, em conhecer e negar provimento ao recurso, na conformidade do voto do relator e do termo de julgamento que integram o presente aresto.

Recife, 28 de maio de 2014.

  
**Alberto Nogueira Virgínio**  
Desembargador Relator



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

393  
M

## **SEGUNDA CÂMARA CÍVEL**

### **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 0148880-4**

**EMBARGANTE:** RODOVIÁRIA METROPOLITANA LTDA.

**ADVOGADO:** Samuel Marques (OAB/PE 20.111) e outros, conforme Regimento Interno do TJPE – Art. 66, III.

**EMBARGADO:** ZULMIRA MARTA DE SOUZA MEDEIROS e OUTRO

**ADVOGADO:** Nilton Wanderley de Siqueira (OAB/PE 1.386) e outros, conforme Regimento Interno do TJPE – Art. 66, III.

**RELATOR:** DES. ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO

### **RELATÓRIO**

Cuida-se de Embargos Declaratórios opostos pela RODOVIÁRIA METROPOLITANA LTDA., em face do acórdão de fls. 376/376v, prolatado quando do julgamento da apelação cível, sob o argumento de que há omissões e contradições a serem sanadas.

Alega o embargante, nas suas razões de fls. 381/386, que o acórdão embargado é contraditório porque não existem elementos probatórios nos autos que autorizam a concessão do benefício da pensão, haja vista ser fato incontroverso que a vítima não possuía filhos e que não exercia qualquer atividade laboral à época do acidente.

Sustenta, ainda, duas omissões, a primeira relativa à necessidade desta Câmara se manifestar expressamente sobre o exato alcance do contrato de seguro, ou seja, se pronunciar acerca dos juros e correção monetária; e, a segunda referente ao abatimento do valor recebido com o seguro DPVAT.

Pugna, ao final, para que sejam acolhidos os presentes embargos, a fim de que, conferido efeito modificativo aos mesmos, seja reconhecida a contradição apontada com a exclusão da pensão alimentícia estabelecida, bem como pugna pelo pronunciamento sobre as omissões indicadas.

É o relatório.

Independente o feito de pauta, apresento-o à mesa para julgamento, na conformidade do Art. 85, d, do RITJ/PE.

Recife, 28 de maio de 2014.

  
Alberto Nogueira Virgínio  
Desembargador Relator



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

394  
M

## SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

### EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 0148880-4

**EMBARGANTE:** RODOVIÁRIA METROPOLITANA LTDA.

**ADVOGADO:** Samuel Marques (OAB/PE 20.111) e outros, conforme Regimento Interno do TJPE – Art. 66, III.

**EMBARGADO:** ZULMIRA MARTA DE SOUZA MEDEIROS e OUTRO

**ADVOGADO:** Nilton Wanderley de Siqueira (OAB/PE 1.386) e outros, conforme Regimento Interno do TJPE – Art. 66, III.

**RELATOR:** DES. ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO

### VOTO DO DES. RELATOR

Como bem consignei no relatório, a parte embargante alega que o acórdão embargado encontra-se contraditório, tendo em vista não existirem elementos probatórios nos autos que autorizem a concessão do benefício da pensão, haja vista ser fato incontroverso que a vítima não possuía filhos e que não exercia qualquer atividade laboral à época do acidente.

Cuido, entretanto, não merecer guarida a referida alegação, por ter, a referida questão sido claramente abordada quando do julgamento do recurso de apelação, senão vejamos:

“Quanto à dependência econômica da companheira da vítima, vislumbro não ter sido objeto de contestação, motivo pelo qual adveio o instituto da preclusão, não podendo figurar no cotejo judicial da apelação. Logo, devida é a pensão alimentícia, de natureza de reparação por danos materiais (...)”. (fl. 369).

Ademais, das notas taquigráficas de fls. 372/373, percebe-se que a questão da pensão foi amplamente discutida pelos componentes desta 2ª Câmara Cível, não havendo, portanto, o que se falar em contradição.

Ainda que, de forma diversa, a matéria trazida a cotejo não tivesse sido fartamente analisada no julgado, a jurisprudência dos nossos tribunais já é consolidada no sentido de que **não é obrigatória a apreciação exaustiva de todos os argumentos levantados pela parte**, bastando que o julgador enfrente a questão principal e suficiente à solução do litígio.

Percebe-se, pois, que a parte embargante utiliza-se dos embargos de declaração para expor o inconformismo com o acórdão embargado e tentar modificar o *decisum* através da atribuição dos efeitos infringentes e consequente revisão do julgado, hipótese inconcebível na estreita via dos aclaratórios, a teor do que dispõe o Art. 535, I e II do Código de Processo Civil.

Por outro lado, a Rodoviária Metropolitana Ltda. destaca duas omissões, a primeira relativa à necessidade desta Câmara se manifestar expressamente sobre o exato alcance do contrato de seguro, ou seja, se pronunciar acerca dos juros e correção

RS



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

monetária; e, a segunda referente ao abatimento do valor recebido com o seguro DPVAT.

A primeira omissão não deve ser acolhida, por não ser necessária a indicação expressa por esta Corte acerca dos juros e correção monetária, uma vez que o julgamento do órgão colegiado modificou a sentença apenas no tocante ao valor da pensão, que foi reduzida apenas de 1 (um) salário mínimo para 2 (dois) salários mínimos, mantendo-se os seus demais termos.

Da mesma forma, a segunda omissão também não merece guarida, tendo em vista que os valores indenizatórios não foram modificados por esta Segunda Câmara, não havendo necessidade de se consignar o abatimento do valor referente ao DPVAT, já ressaltado quando do julgamento monocrático.

Ante o exposto, conheço dos presentes embargos, porém **NEGO PROVIMENTO** ao recurso da RODOVIÁRIA METROPOLITANA, LTDA., para manter íntegro o *decisum* atacado.

É como voto.

Recife, 28 de maio de 2014.

  
Alberto Nogueira Virgínio  
Desembargador Relator